

O PFL cede e retoma as negociações

Ainda não há acordo formal, mas a bancada pressiona o líder José Lourenço para que desista da dissidência

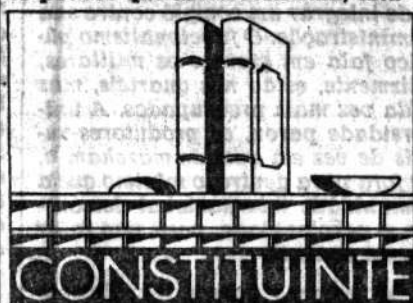
O PFL voltou atrás em sua pretensão de elaborar uma Constituição "paralela" à do PMDB e resolveu ceder diante da força do partido maior: vai mesmo adotar o caminho das negociações para dividir com os peemedebistas os cargos da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Acabou vencendo a proposta que o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), fez ao do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS). "Não podemos bater em porta que não dá sinal de que se vai abrir" — disse Covas, justificando o encontro no almoço com o senador gaúcho e com os líderes de seu partido Fernando Henrique Cardoso e Euclides Scalco (PB). Foi aí que se iniciaram as conversações. À tarde, pressionado pela bancada liberal, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA) — no dia anterior, ele havia pregado o afastamento do PMDB e das esquerdas —, acabou admitindo que retornaria às negociações pelos cargos da Mesa.

O PMDB continua firme em sua posição de não abrir mão da 1ª vice-presidência, cargo que o PFL almejava, até com candidato indicado, Humberto Souto. Diversos constituintes do PFL dizem ontem que o partido não pode "desafiar" o PMDB, insistindo num cargo que o partido majoritário não iria ceder. O máximo que o PFL conseguirá, comentava-se, é a 2ª vice-presidência e a 1ª secretaria.

Ainda assim, há dentro do PMDB quem não goste dessa idéia, atribuída ao presidente Ulysses Guimarães, na tentativa de evitar o rompimento com os liberais. "O PMDB,

pelo que sei, não pretende abrir mão da 1ª vice-presidência e da 1ª secretaria." A voz discordante quanto a dar a 1ª secretaria para o PFL é do deputado Luiz Henrique, líder peemedebista na Câmara, o mesmo que garantiria anteontem a 1ª vice-presidência para os liberais.

Foi depois do almoço entre os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco e Carlos Chiarelli (PFL) que se notou que o líder liberal na Câmara, José Lourenço, começava a ceder à corrente favorável à negociação. Entre os poucos que ainda resistiam, esta-



vam o candidato ao cargo de 1ª vice-presidente, Humberto Souto, e Alysson Paulinelli. Entre os muitos que pediam a retomada das negociações, destacava-se Guilherme Palmeira, Arnaldo Frieto, Jaime Santana e Sarney Filho. Este último chegou a examinar a situação com Ulysses Guimarães. "Não podemos radicalizar" — comentou o deputado maranhense.

A vantagem imediata que Covas, Scalco e Fernando Henrique sentiram após conversar com Chiarelli foi a distensão. Eles passaram a ver que a proposta de Constituinte "parale-

la" de José Lourenço não iria para a frente se não houvesse acordo com o PMDB na organização da Mesa.

A bancada do PFL acabou reunindo-se para buscar o consenso. E o líder Lourenço voltou atrás, sem admitir: "Negociarei com espírito de conciliação, mas não negociarei a dignidade de meu partido. Agradeço a delegação sem limites que me foi concedida e espero estar à altura das responsabilidades que encerra", disse o deputado da Bahia, no encerramento da reunião.

Iniciada às 16h30 e encerrada só à noite, enquanto durou a reunião apenas Humberto Souto, o também mineiro Alysson Paulinelli e José Tomaz Nonô (AL) — ex-adversário de José Lourenço na disputa pela liderança — permaneceram contrários a buscar uma solução negociada. Outros aproveitaram a reunião para criticar a política econômico-financeira do governo: "O povo não se preocupa com o funcionamento da Constituinte, e sim em cobrar satisfações do PMDB pela gestão desastrosa da economia, pela inflação desenfreada. A Nação quer saber quando o Funes vai resolver tal situação", dizia José Mendonça (PE), enquanto Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura no governo Geisel, preferia criticar a política agrícola do governo. O deputado Edme Tavares (PB) pôs um ponto final na controvérsia, ao ler a moção de apoio ao líder José Lourenço no encerramento da reunião. Já aparentemente conformado com a questão, Lourenço agradeceu o apoio e declarou-se disposto a sentar-se "à mesa de negociações com espírito de conciliação".



Fotos Alencar Monteiro

PFL cede vice-presidência, ponto de honra para Ulysses

Arinos acha que Lourenço reagiu emocionalmente

"Isso é um rompante emocional do líder do PFL. Onde já se viu cada partido fazer uma Constituição diferente?" — indagou ontem o senador Afonso Arinos, a respeito da proposta do deputado José Lourenço (PFL-BA) de elaborar uma Constituição com a participação do PFL e dos pequenos partidos, em represália ao rompimento do acordo para composição da Mesa. "O regimento da Constituinte foi aprovado e promulgado e estabelece que a Carta será elaborada por todos os constituintes. Essa possibilidade não existe", acrescentou Afonso Arinos.

O senador fluminense afirmou que o líder estaria falando em termos emocionais, pois sua tese não corresponde nem poderia ser aceita pela maioria do PFL, mas a atribuiu aos encargos da liderança e às disputas com o PMDB. Arinos comentou que sua esposa chegou a se assustar quando leu no jornal a notícia de que o PMDB faria uma Constituição e o PFL outra, mas para ele não foi muita surpresa. Arinos está meio desgostoso com os trabalhos da Constituinte: "Eles estão lentos e nem sempre produtivos".

Cabral tenta relatar a comissão principal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) confirmou sua disposição de disputar o cargo de relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. Ele tentará a indicação pelo voto da bancada peemedebista e, se não conseguir, irá a plenário. A função está sendo pretendida também pelo ex-líder do PMDB na Câmara, Fimênta da Veiga. Com menos possibilidade, mas podendo ser o terceiro na falta de opção, está o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) e, com pouca chance, o deputado Nelson Jobim (RS). Correndo por fora, mas sem sequer admitir sua candidatura, está o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

A Comissão de Sistematização é considerada a mais importante dentre as nove existentes, pois será responsável pela elaboração do texto final da Constituição. É a que mais atraiu a atenção dos constituintes do PMDB, que tem 117 opções. O número recorde representa um verdadeiro quebra-cabeças para os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso

Aureliano quer garantir o entendimento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Minas e Energia e presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves, disse ontem que a Aliança Democrática deve ser preservada e o PMDB e o PFL devem fazer um esforço para superar as divergências: "porque é importante que o texto constitucional seja votado em termos do interesse nacional, e isso só ocorrerá na medida em que este texto seja o resultado de um entendimento".

Aureliano preferiu não fazer nenhum comentário sobre a ameaça do seu partido de aprovar uma Constituição paralela enquanto não conversar com o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço. O ministro adiantou, porém, admirar e respeitar muito as idéias do deputado. "Ele vem conduzindo muito bem as questões do PFL, com firmeza e decisão", acrescentou Aureliano.

A conversa entre o ministro Aureliano Chaves e José Lourenço aconteceu ontem à noite, na residência do deputado, durante o jantar oferecido a parlamentares portugueses que acompanham o presidente Mário Soares. Segundo o ministro, o PFL está passando por uma fase de crescimento e vai continuar defendendo as suas posições.

Aureliano Chaves presidiu ontem a primeira reunião deste ano do Conselho Superior de Minas e disse que o órgão poderá prestar importante colaboração para a introdução de inovações necessárias ao setor mineral na nova Constituição. "A qual, para ser duradoura, não poderá ser casuística". Segundo o ministro, "é preciso ter noção do que é perene e introduzir certo grau de imutabilidade nos conceitos e, a partir daí, distinguir o que é texto constitucional de lei complementar e lei ordinária, para não correr o risco de repetir os erros do passado, os quais, necessariamente, comprometeram a durabilidade do nosso texto constitucional, importante para a vida democrática do País".

O ministro acrescentou que "devemos ter uma nítida noção da importância do subsolo para uma nação e o seu desenvolvimento econômico, e não perder de vista o ritmo fantástico de inovações, introduzidas entre as nações através da aplicação de novas tecnologias, tendo o cuidado para, a pretexto de proteger, não conviver com o obsoletismo e com coisas ultrapassadas".

Aureliano previu que "virão dificuldades enormes pela frente e isso vai exigir a soma de esforços no plano interno". Para o ministro, esses problemas são "tão grandes", que, se unirmos esforços, vamos apenas minorar as dificuldades e não suprimi-las. "Não podemos atuar isoladamente, pois, caso contrário, o mundo passará à nossa margem e nós teremos apenas o direito de destruir-nos internamente uns aos outros", concluiu.

e Luiz Henrique. Entre os principais nomes que pretendem integrar a Comissão de Sistematização estão os de Nelson Carneiro, João Herrmann, Carlos Sant'Anna, Antônio Mariz, Aluzio Campos, Luiz Viana e Aécio Neves. O senador Afonso Arinos é candidato a presidente da Comissão

O impasse para a definição das comissões constitucionais temáticas e de Sistematização deve continuar por mais alguns dias, até que seja definido o acordo com o PFL. Só então é que os partidos farão a divisão das comissões e dos seus principais cargos. No PMDB foi aplicado um questionário, que dá opção às diversas comissões.

A Comissão de Ordem Econômica é a segunda mais concorrida e tem, no PMDB, os seguintes pretendentes: Albano Franco, Antônio Britto, Benedito Monteiro, Roberto Cardoso Alves, Hélio Duque, Rose de Freitas, Aécio Neves, José Carlos Martínez, Wilson Martins, José Tavares e Tadeu França. A Comissão de Ordem Social é, até agora, a que menos atraiu os peemedebistas constituintes. Apenas cinco parlamentares se dispuseram a integrar o grupo.

A Constituinte tem 233 dias para votar à Carta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A partir de amanhã, a Assembleia Nacional Constituinte terá 233 dias para elaborar a nova Constituição, conforme anunciou ontem o deputado Ulysses Guimarães ao promulgar o Regimento Interno, que, segundo ele, deixa "janelas abertas" para a participação direta da sociedade. O presidente da Constituinte confirmou também que amanhã, às 15 horas, será realizada a eleição para se completar a composição da Mesa — dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes. Dia 31, Ulysses vai anunciar os nomes dos constituintes indicados pelas lideranças para integrarem as nove comissões — que inicialmente se dividirão em 24 subcomissões.

A partir de hoje, a Constituinte já funciona segundo o regimento definitivo. As segundas-feiras, não ha-

verá sessão ordinária; nesse dia reúnem-se a Câmara e o Senado. De terça a quinta-feira, as sessões irão das 14h30 às 18h30, e, às sextas-feiras, das 9h30 às 13h30. O período de "pinga-fogo", breves comunicações de cinco minutos, sem apertados assuntos gerais, que vinha sendo de duas horas, fica reduzido a uma hora. A hora seguinte será destinada às comunicações de liderança, com o tempo dividido proporcionalmente entre as bancadas partidárias. As últimas duas horas serão destinadas a discursos de 20 minutos cada um sobre temas constitucionais.

Ao promulgar o Regimento Interno, Ulysses Guimarães assinalou que, "sem texto preexistente, a Constituição será constituinte e societária". Acrescentou que o regimento definitivo foi elaborado por 559 constituintes eleitos por 69.003.963 eleitores, "o segundo colégio eletivo entre as nações democráticas".